

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi tornado público que, desde 27 de setembro, a empresa de exploração de madeira Álvaro Matos Bandeira & Filhos, Lda. tem procedido ao corte raso e indiscriminado de árvores na Serra da Lousã, especialmente na zona da aldeia serrana da Silveira.

A destruição de floresta está a ocorrer tanto em terrenos públicos como privados, em áreas incluídas na Rede Natura 2000 e na Reserva Ecológica Nacional (REN), desafiando assim a referida empresa a manifesta ilegalidade da sua atuação e as ações judiciais contra ela entretanto iniciadas. Na verdade, o corte de árvores motivou dois embargos, um por parte do Município da Lousã e outro por parte da empresa local Silveiratech, ambos desrespeitados pela Álvaro Matos Bandeira & Filhos Lda., o que levou a Câmara Municipal da Lousã a apresentar uma queixa-crime ao Ministério Público por furto. Também a GNR levantou um auto de contraordenação devido à abertura de caminhos e trilhos sem autorização em zona da Rede Natura 2000.

A área em questão, onde existem espécies e habitats protegidos, tem um valor ecológico muito sensível, reconhecido pela classificação como Rede Natura 2000 e como REN, por se tratar de áreas que, pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, devem ser objeto de proteção especial. Com efeito, a destruição de floresta numa área com estas características implica um significativo prejuízo ambiental, consistindo numa ameaça direta à biodiversidade e aumentando a erosão do solo e os riscos de desertificação.

Num tal contexto, compreende-se bem a onda de alarme social e de indignação das populações locais, que assim veem lesado o seu património natural de uma forma irreversível.

Para lá das ações judiciais a que haja lugar, importa que os organismos públicos competentes para a gestão quer da floresta quer de ecossistemas de especial sensibilidade assumam as suas responsabilidades e impeçam estes comportamentos ilegais e altamente lesivos das populações da região da Lousã.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas pôs em marcha para impedir a continuação destes atentados contra bens incluídos na REN e na Rede Natura 2000?
3. Que iniciativas tomou, em concreto, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas para, em articulação com a autarquia, fazer cumprir os deveres legais de proteção especial que incidem sobre o tecido florestal alvo destes cortes em larga escala e os ecossistemas a ele associados?

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)